

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL**

CAMPUS OSÓRIO

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL

CRISTINA ARTHMAR MENTZ ALBRECHT

**Privatização de espaço público na educação: o caso do Instituto de Educação
General Flores da Cunha, Porto Alegre, RS**

**Profª. Drª. Maria Augusta Martiarena de Oliveira
Orientador**

**Osório
Fevereiro, 2023**

PRIVATIZAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO NA EDUCAÇÃO: O CASO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO GENERAL FLORES DA CUNHA, PORTO ALEGRE, RS

PRIVATIZATION OF PUBLIC SPACE IN EDUCATION: THE CASE OF THE GENERAL FLORES DA CUNHA INSTITUTE OF EDUCATION

Cristina Arthmar Mentz Albrecht
cristinaamalbrecht@yahoo.com.br

Resumo: A privatização de espaços de ensino público ganha força na perspectiva neoliberal, à medida que é justificada tanto pela falta de recursos do estado em manter a instituição, quanto pela busca da eficiência e produtividade. Esse trabalho tem como objetivo analisar como o Instituto de Educação General Flores da Cunha atende aos indicadores considerados relevantes pela corrente neoliberal, mas, apesar disso, constitui-se como objeto de privatização do governo do Estado, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A pesquisa documental ocorreu no site eletrônico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, no qual foram coletadas as taxas de rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono). As taxas foram comparadas com dados de escolas públicas com mais de 1000 matrículas de escolarização localizadas no município de Porto Alegre, sendo mais trinta e quatro instituições de Ensino Fundamental e mais dezessete instituições de Ensino Médio. A comparação entre as escolas no período estudado mostrou que, de forma geral, o Instituto de Educação General Flores da Cunha apresentou maiores taxas de aprovação e menores taxas de reprovação. Dessa forma, ratifica-se a importância da instituição como espaço de ensino já instalado, atendendo aos índices exigidos, inclusive, pelos interesses neoliberais de eficiência, produtividade e eficácia. Apesar disso, observa-se que o estado impõe o projeto de caráter neoliberal de forma unilateral, uma vez que a comunidade escolar se opõe ao projeto privatista e reivindica a volta do espaço como ambiente de ensino.

Palavras-chave: Privatização; Relações público-privado em educação; Direito à educação; Educação pública.

Abstract: The privatization of public education spaces gains strength in the neoliberal perspective, as it is justified both by the lack of state resources to maintain the institution, and by the pursuit of efficiency and productivity. This work aims to analyze, how the Instituto de Educação General Flores da Cunha meets the indicators considered relevant by the neoliberal current, but, despite this, it is constituted as an object of privatization by the state government, in Porto Alegre, Rio Grande do Sul. The documentary research took place on the website of the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira, where school performance rates (passing, failing and dropping out) were collected. The rates were compared with data from public schools with more than 1000 school enrollments located in the city of Porto Alegre, with over thirty-four institutions of Elementary Education and over seventeen institutions of Secondary Education. The comparison between the schools in the studied period showed that, in general, the Instituto de Educação General Flores da Cunha had higher approval rates and lower failure rates. In this way, the importance of the institution as an already installed teaching space is ratified, meeting the required rates, including the neoliberal interests of efficiency, productivity and effectiveness. Despite this, it is observed that the state unilaterally imposes the neoliberal project, since the school community opposes the privatist project and claims the return of the space as a teaching environment.

Keywords: Privatization; Public-private relations in education; Right to education; Public education.

1. INTRODUÇÃO

O Instituto de Educação General Flores da Cunha é a instituição de ensino formadora de educadores ainda em atividade mais antiga do Brasil (CHAVES, 2019). Fundada em 1869 e nomeada como Escola Normal da Província de São Pedro, por 60 anos foi a única escola formadora de professores no estado e estava localizada em um sobrado no bairro hoje conhecido como Centro Histórico (RIO GRANDE DO SUL, 2022).

O atual prédio foi construído em 1935 e se trata da terceira sede da escola, tendo sido construído especificamente para abrigar a instituição, com localização estratégica junto ao Parque Farroupilha e, assim, em uma avenida de grande extensão e de fácil acesso (RIO GRANDE DO SUL, 2022). A construção é composta por um conjunto de prédios que foram projetados com arquitetura clássica grega, sendo “representativo da arquitetura institucional do estado” e devido a sua relevância histórica e cultural, o prédio foi reconhecido como patrimônio estadual e tombado em 2006 pela prefeitura Municipal de Porto Alegre (RIO GRANDE DO SUL, 2022, s/p).

Além do destaque arquitetônico, a instituição abriga três obras de grandes dimensões que registram momentos históricos do estado e foram pintadas pelos artistas Augusto Luiz de Freitas e Lucílio de Albuquerque na década de 1920. Inicialmente encomendadas para o Palácio Piratini pelo governador Borges de Medeiros, as telas não couberam no destino original e acabaram sendo instaladas no Instituto de Educação General Flores da Cunha (HOFMEISTER, 2008). Apesar da relevância histórica, as obras não fizeram parte do processo de tombamento da instituição (SUL21, 2011).

Considerando o estado precário de suas instalações, em 2013, foi realizada licitação para o projeto de restauração da edificação que iniciou em 2015, exigindo a transferência de 1,6 mil alunos para outras três escolas (RIO GRANDE DO SUL,

2022; SUL21, 2019). Para tal, foi realizado um empréstimo pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) para pagamento da obra estimada em R\$22,5 milhões (SUL21, 2019).

Em função de atrasos nas obras (menos de 10% do cronograma previsto), a Secretaria Estadual de Educação rompeu com a empresa contratada em 2017 (SUL21, 2019). Em 2018 foi realizada outra licitação com retomada das obras no mesmo ano, orçadas então em R\$28,6 milhões (RIO GRANDE DO SUL, 2022; SUL21, 2019). Após quatro meses, a empresa não havia recebido pagamento do governo e reduziu o ritmo das reformas, paralisando as obras sete meses depois (SUL21, 2019). Segundo entrevista com a Secretaria de Educação (Seduc), o governo já havia investido R\$1,1 milhões, sendo necessário mais R\$21,7 milhões para a conclusão da obra (SUL21, 2019).

Em maio de 2021, foi divulgado um vídeo do governador do estado anunciando a retomada das obras e o projeto de abrigar um novo centro de referência e formação de professores, citando a experiência do Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, como referência para a nova proposta (RIO GRANDE DO SUL, 2021). Cabe ressaltar que esse espaço semelhante ao Museu do Amanhã ocupará 25% da área construída do Instituto, sendo um empreendimento de gestão privada (EXTRACLASSE.ORG.BR, 2021).

A comunidade escolar não foi consultada sobre o novo projeto, uma vez que a própria diretora do Instituto de Educação declarou que a gestão da escola foi surpreendida, não sabendo como a escola atuaria, se a educação infantil até o curso Normal e EJA permaneceriam funcionando (SUL21, 2021). Em dezembro de 2021, foi realizada uma audiência pública promovida pela Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia, reunindo autoridades e a comunidade escolar e abordando a retomada das obras. Foi entregue um abaixo-assinado com cerca de 10 mil assinaturas reivindicando o reinício das obras originais de restauração (RIO GRANDE DO SUL, 2021a).

A privatização de espaços de ensino público ganha força na perspectiva neoliberal, à medida que é justificada tanto pela falta de recursos do estado em manter a instituição (ARELARO, 2007), quanto pela busca da eficiência e produtividade (GENTILI, 1996). No entanto observa-se que tal medida foi adotada

pelo governo sem consulta prévia à comunidade local que efetivava seu direito à educação nessa instituição.

Diante disso, esse trabalho tem como objetivo analisar como o Instituto de Educação General Flores da Cunha, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, atende aos indicadores considerados relevantes pela corrente neoliberal, mas, apesar disso, constitui-se como objeto de privatização do governo do Estado.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A compreensão da privatização como uma alternativa exige uma breve contextualização da educação pública na perspectiva neoliberal. Gentili (1996), utilizando tal lógica, explica que, na segunda metade do século XX, houve uma expansão acelerada da escola com uma distribuição ineficiente dos serviços, configurando mecanismos de exclusão e discriminação resultantes da improdutividade das práticas pedagógicas e da gestão administrativa. Tal crise, sob a lógica neoliberal, seria gerencial (e não uma questão de democratização). A solução, então, seria realizar uma reforma administrativa do sistema escolar pautada nos princípios da eficiência, produtividade e eficácia – fatores considerados como qualidade.

Para Rikowski (2017, p.400) existem duas formas básicas de privatização. A primeira é chamada de clássica ou direta, na qual ocorre a venda de ativos públicos diretamente para empresas ou investidores. O segundo caso se trata do controle por parte das empresas por meio de contratos e são esses instrumentos que definem os objetivos a serem cumpridos e o lucro:

Tais contratos estipularão diversos objetivos a serem cumpridos (com sanções em caso de não cumprimento), os lucros podem ser limitados (ou ilimitados), e estes contratos podem estar vinculados a várias iniciativas ou prioridades de políticas governamentais e podem sancionar várias formas de desregulamentação (por exemplo, salário dos professores, procedimentos de recrutamento, contra o reconhecimento de sindicatos, patrimônio e imóveis e assim por diante). Tais contratos geralmente são muito sigilosos, portanto, os detalhes precisos são geralmente desconhecidos.

A privatização pode se materializar de diferentes formas: com alteração de propriedade; através de parcerias entre instituições públicas ou privadas com ou sem fins lucrativos; com a permanência da propriedade estatal, mas com lógica de

mercado, segundo Peroni (2020). Ao pesquisar tais processos, a autora conclui que a garantia do acesso à educação pública foi ampliada, mas também observa-se a presença cada vez maior do privado mercantil na definição da educação pública, o que resulta na defesa dos interesses da lógica de mercado e na perda da concepção de democracia como direitos sociais.

Gentili (1996) pontua que a estratégia do neoliberalismo é transferir a educação da esfera política como direito para a esfera do mercado, limitando-a como uma propriedade. Dessa forma, a noção de cidadania deixa de abranger o caráter universalizante dos direitos humanos para considerar o indivíduo como proprietário que conquista suas mercadorias, como a educação. Já Peroni (2020) explica que a relação público e privado na educação vai além da questão da propriedade, incluindo correlações de forças de classes e diferentes projetos societários. Segundo a autora, a lógica mercantil tem base no individualismo, imputando ao indivíduo seu sucesso ou fracasso atrelado as suas habilidades empreendedoras.

Nesse sentido, Souza e Moreira (2020) analisam as políticas de privatização na educação pública a partir de grupos educacionais privados e reforçam que o discurso utilizado por essas organizações concentra-se no serviço privado como sinônimo de eficiência e qualidade, justificando sua atuação nos municípios e estados ao alavancar índices nas avaliações nacionais e internacionais. As autoras chegam à conclusão que tal processo constitui uma ameaça na promoção de uma “educação pública estatal, gratuita, laica e de qualidade” (p. 444), uma vez que reduz a autonomia das instituições de ensino, interferindo no trabalho pedagógico e seu planejamento, além de homogenizar os conteúdos e currículos e culminar no conformismo de docentes, discentes e funcionários que se encontram subordinados ao sistema.

Segundo Arelaro (2007), existem duas pressões sociais em relação à gestão dos sistemas escolares no Brasil: a primeira em busca de transparência nas ações governamentais (que exigiria maior participação da população) e a segunda pela qualidade de ensino e competência na gestão. Inexistindo condições suficientes para concretizar esses anseios, são estabelecidas as parcerias público-privado que geram um novo conceito de eficiência educacional, ao mesmo tempo que “a

participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar é dispensada” (ARELARO, 2007, p.899).

Uma das formas de avaliar a qualidade do ensino é pelo uso de estatísticas educacionais, como o indicador mais importante atualmente, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Implementado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2006, é composto por diversos indicadores, entre eles o indicador de rendimento, que busca resumir a experiência de aprovação dos alunos ao agregar os dados de aprovação, reprovação e abandono (SOARES, XAVIER, 2013).

É relevante destacar, por outro lado, que Klein (2017), ao estudar o IDEB e suas possibilidades de efetivação como referência traçada no Plano Nacional de Educação, conclui que as informações estatísticas ganham legitimidade na racionalidade neoliberal, de tal forma que o compromisso pela qualidade veiculado pela mídia atua sobre a população escolar e a sociedade como uma estratégia de poder, criando sujeitos controladores da qualidade da escola.

Para além das estatísticas que são utilizadas para justificar a privatização de espaços públicos, é preciso refletir sobre os impactos dessa privatização na ocupação dos espaços. Ao discorrer sobre o território como espaço de vida, Santos (2007) propõe que a plena realização do homem é reflexo de um quadro material e imaterial, que abrange economia e cultura. Nesse sentido, é no território que a cidadania acontece e para ela ser completa, deve contemplar o respeito à cultura e a busca da liberdade.

Serpa (2007, p.27-28) analisa o processo apropriação social do espaço público urbano no contexto do capitalismo e pontua que as parcerias entre poderes públicos e empresas privadas ocorrem especialmente em espaços públicos “visíveis” e têm como propósito valorizar bairros de classe média, que, dessa forma, se tornam “distantes e inacessíveis para um público de perfil mais popular que habita as periferias metropolitanas”. Embora o autor não analise propriamente o caso de instituições de ensino, mas sim parques e um conjunto habitacional, a discussão apresenta relevância para esse estudo, pois perpassa a questão de como as privatizações reduzem a acessibilidade da população de forma física e simbólica, intensificando o processo de desigualdade social.

O autor ainda explica que se trata de um processo de apropriação espacial no qual o “capital escolar” e o modo de consumo determinam identidades sociais que se definem a partir de uma alteridade relacionada a uma dimensão de classe. Nesse contexto, a acessibilidade passa a ser uma questão hierárquica (SERPA, 2007). Como mostra Cordeiro e Serpa (2001 apud SERPA, 2007), quando ocorre a mercantilização das expressões artísticas contidas no referencial cultural, o espaço passa a ser instrumentalizado pela lógica de produção e consumo do capitalismo, intensificando o processo de desigualdade social.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo de caso de caráter quantitativo. O estudo de caso busca conhecer eventos singulares, examinando o objeto em uma realidade “multidimensional e historicamente situada” (ANDRÉ, 1984, p.52).

Segundo Falcão e Régnier (2000), a quantificação em ciências humanas exige categorizar e medir variáveis que, por meio da análise de dados, podem ser percebidas como uma informação que, diretamente, poderia não ser visualizada. Utilizando dados secundários, o trabalho apresenta como questão de pesquisa: as taxas de rendimento escolar do Instituto de Educação General Flores da Cunha ratificam a importância da instituição como espaço de ensino já instalado ou justificam o projeto de privatização governo do Estado do Rio Grande do Sul?

O local de estudo é o Instituto de Educação General Flores da Cunha, construído em 1935, em Porto Alegre (RS), próximo ao Parque Farroupilha e ao campus central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2022). Sua configuração inicial previa capacidade de até dois mil alunos e abrangia três atividades: o curso normal, curso de aplicação e jardim de infância (RIO GRANDE DO SUL, 2022). Em 1997, o Instituto de Educação foi tombado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, juntamente com o Parque Farroupilha. Em 2006, a instituição foi reconhecida como patrimônio estadual, com tombamento publicado no Diário Oficial (RIO GRANDE DO SUL, 2006).

A instituição oferece as seguintes etapas e modalidades de ensino: Pré-Escola, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental,

Ensino Médio, Curso Profissional Técnico, Curso Profissional Técnico integrado ao Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos de nível Médio, Atendimento Educacional Especializado (BRASIL, 2022b). Devido às obras que se encontram inacabadas, os alunos (que, em 2015, eram 1.600) foram transferidos para as escolas: Escola Estadual de Ensino Fundamental Dinah Neri, Escola Estadual de Ensino Fundamental Roque Callage, Instituto Estadual Rio Branco e Escola Estadual de Ensino Fundamental Felipe de Oliveira (SUL21, 2019).

A coleta de dados foi documental. Conforme Lakatos e Marconi (2003), a técnica documental é constituída de fontes primárias que podem ser realizadas de forma concomitante ou posterior ao fenômeno estudado. A coleta ocorreu no período de outubro a dezembro de 2022, no site eletrônico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, acessando as Taxas de Desempenho presente nos Indicadores Educacionais apresentados por escola (BRASIL, 2022b). Os dados coletados dizem respeito ao Ensino Fundamental e Ensino Médio (pois os demais níveis não apresentam dados disponíveis) e se referem às taxas que indicam o rendimento escolar: aprovação, reprovação e abandono. O período abrange os três últimos anos de funcionamento do Instituto de Educação General Flores da Cunha no próprio local: 2012, 2013 e 2014.

Os dados foram comparados com escolas que se enquadravam nas mesmas características da instituição de estudo (Centro Estadual de Formação de professores General Flores da Cunha): públicas com mais de 1000 matrículas de escolarização localizadas no município de Porto Alegre. Para o Ensino Fundamental, foram encontradas mais trinta e quatro instituições de ensino: Colégio Estadual Carlos Fagundes de Mello, Colégio Estadual Doutor Glicério Alves, Colégio Estadual Engenheiro Ildo Meneghetti, Colégio Estadual Odila Gay da Fonseca, Escola Estadual de Ensino Médio Agrônomo Pedro Pereira, Escola Estadual de Ensino Médio Rafaela Remião, Escola Municipal de Educação Básica Doutor Liberato Vieira da Cunha, Escola Municipal de Ensino Fundamental Chapeu do Sol, Escola Municipal de Ensino Fundamental Chico Mendes, Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Victor Issler, Escola Municipal de Ensino Fundamental Dolores Alcaraz Caldas, Escola Municipal de Ensino Fundamental Governador Ildo Meneghetti, Escola Municipal de Ensino Fundamental Grande Oriente do Rio

Grande do Sul, Escola Municipal de Ensino Fundamental Heitor Villa Lobos, Escola Municipal de Ensino Fundamental João Antônio Satte, Escola Municipal de Ensino Fundamental Jose Loureiro da Silva, Escola Municipal de Ensino Fundamental Lidovino Fanton, Escola Municipal de Ensino Fundamental Moradas da Hípica, Escola Municipal de Ensino Fundamental Morro da Cruz, Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Anisio Teixeira, Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Judith Macedo de Araujo, Escola Municipal de Ensino Fundamental Saint Hilaire, Escola Municipal de Ensino Fundamental São Pedro, Escola Municipal de Ensino Fundamental Senador Alberto Pasqualini, Escola Municipal de Ensino Fundamental Vereador Antonio Giudice, Escola Municipal de Ensino Fundamental Vereador Carlos Pessoa de Brum, Escola Municipal de Ensino Fundamental Monte Cristo, Escola Estadual de Educação Básica Gomes Carneiro, Escola Estadual de Ensino Fundamental Paraíba – CIEP, Escola Estadual de Ensino Fundamental Baltazar de Oliveira Garcia, Escola Estadual de Ensino Fundamental Raul Pilla, Escola Estadual de Ensino Fundamental Santa Rosa, Instituto Estadual de Educação Paulo da Gama e Instituto Estadual Rio Branco.

Para o Ensino Médio, foram consideradas as seguintes dezessete instituições de ensino: Colégio Estadual Carlos Fagundes de Mello, Colégio Estadual Doutor Glicério Alves, Colégio Estadual Engenheiro Ildo Meneghetti, Colégio Estadual Inácio Montanha, Colégio Estadual Júlio de Castilhos, Colégio Estadual Odila Gay da Fonseca, Colégio estadual Protásio Alves, Escola Estadual de Ensino Médio Agrônomo Pedro Pereira, Escola Estadual de Ensino Médio Rafaela Remião, Escola Municipal de Educação Básica Doutor Liberato Salzano Vieira da Cunha, Escola Estadual de Educação Básica Gomes Carneiro, Escola Estadual de Ensino Fundamental Baltazar de Oliveira Garcia, Escola Estadual de Ensino Fundamental Raul Pilla, Escola Estadual de Ensino Fundamental Santa Rosa, Escola Técnica Estadual Parobé, Instituto Estadual de Educação Paulo da Gama e Instituto Estadual Rio Branco.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na taxa de aprovação no Ensino Fundamental, o Instituto de Educação

General Flores da Cunha apresentou o segundo maior indicador em 2012, 91,4%, sendo o maior número da Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Giúdice, com 92,8%, conforme Tabela 1. Já em 2013, a instituição ocupou o quinto lugar com 87% de aprovação, atrás da Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Giúdice (92,3%), Escola Municipal de Ensino Fundamental Moradas da Hípica (91,9%), Escola Estadual de Ensino Médio Raul Pilla (90,5%), e Escola Municipal de Ensino Fundamental Vila Monte Cristo (90,4%). Em 2014, a instituição dispôs da maior taxa de aprovação (91,7%).

Tabela 1 – Taxa de aprovação do Ensino Fundamental, de 2012 a 2014

Instituição	2012	2013	2014
CENT EST FORM DE PROFESSORES GENERAL FLORES DA CUNHA	91,4	87	91.7
COL EST CARLOS FAGUNDES DE MELLO	86,4	81,7	85.2
COL EST DR GLICERIO ALVES	83,5	84,5	84
COL EST ENG ILDO MENEGHETTI	79,3	80,1	83.6
COL EST ODILA GAY DA FONSECA	77,2	74,7	82.8
EEEM AGRONOMO PEDRO PEREIRA	76,9	80,5	80.8
EEEM RAFAELA REMIAO	79,1	81,8	87.6
EMEB DR LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA	87,4	85,3	90.5
EMEF CHAPEU DO SOL	82,6	80,2	86.9
EMEF CHICO MENDES	82,9	85,7	88.1
EMEF DEP VICTOR ISSLER	87	83,7	82.7
EMEF DOLORES ALCARAZ CALDAS	80,8	81,5	79.4
EMEF GOV ILDO MENEGHETTI	88	85,8	87
EMEF GRANDE ORIENTE DO RGS	85,5	84,7	83.1
EMEF HEITOR VILLA LOBOS	82,7	79,4	83
EMEF JOAO ANTONIO SATTE	90,1	85,5	91.3
EMEF JOSE LOUREIRO DA SILVA	77,6	84,5	87.1
EMEF LIDOVINO FANTON	83,6	80,9	89
EMEF MORADAS DA HIPICA	89,9	91,9	89.5
EMEF MORRO DA CRUZ	77,7	76,3	84.5
EMEF PROF ANISIO TEIXEIRA	86,9	84,6	82.4
EMEF PROF JUDITH MACEDO DE ARAUJO	89,2	81,9	86.1
EMEF SAINT HILAIRE	86,6	83,3	83.3
EMEF SAO PEDRO	84,9	84,3	89.7
EMEF SEN ALBERTO PASQUALINI	85,3	80,7	83.2
EMEF VER ANTONIO GIUDICE	92,8	92,3	88.1
EMEF VER CARLOS PESSOA DE BRUM	78,9	85,2	88.4
EMEF VILA MONTE CRISTO	91	90,4	91.4
ESC EST EDUC BASICA GOMES CARNEIRO	74	74	70.5
ESC EST ENS FUNDAMENTAL PARAIBA-CIEP	82,6	83,7	90.5
ESC EST ENS MEDIO BALTAZAR DE OLIVEIRA GARCIA	77,8	78,7	75.3
ESC EST ENS MEDIO RAUL PILLA	79,6	90,5	85.7
ESC EST ENS MEDIO SANTA ROSA	79,8	75,5	79.3

INST EST EDUC PAULO DA GAMA	75,3	77,1	75.1
INST EST RIO BRANCO	77,2	79,8	72.8

Fonte: BRASIL, 2022b

A taxa de aprovação no Ensino Médio mostra que, em 2012 e em 2013, o Instituto de Educação General Flores da Cunha teve os maiores números, com 72,4% e 83,9%, respectivamente (Tabela 2). Já no ano de 2014, a instituição apresentou o quarto maior indicador, com 75%, apenas atrás da Escola Técnica Estadual Parobé (78,2%), Instituto Estadual de Educação Paulo da Gama (76,8%) e Escola Estadual Carlos Fagundes de Mello (76,3%).

Tabela 2 – Taxa de aprovação do Ensino Médio, de 2012 a 2014

Instituição	2012	2013	2014
CENT EST FORM DE PROFESSORES GENERAL FLORES DA CUNHA	72,4	83,9	75.0
COL EST CARLOS FAGUNDES DE MELLO	58,9	62,4	76.3
COL EST DR GLICERIO ALVES	64,8	66,9	72.7
COL EST ENG ILDO MENEGHETTI	30,9	53,7	41.1
COL EST INACIO MONTANHA	63,2	77,7	68.2
COL EST JULIO DE CASTILHOS	65,5	69,1	61.7
COL EST ODILA GAY DA FONSECA	51,1	47,8	64.1
COL EST PROTASIO ALVES	61,9	65,1	74.2
EEEM AGRONOMO PEDRO PEREIRA	66,5	72,9	70.3
EEEM RAFAELA REMIAO	43,2	59,1	49.5
EMEB DR LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA	64,3	64,9	70.8
ESC EST EDUC BASICA GOMES CARNEIRO	49,4	44,3	44.8
ESC EST ENS MEDIO BALTAZAR DE OLIVEIRA GARCIA	43	49,8	61.3
ESC EST ENS MEDIO RAUL PILLA	50,8	69	70.1
ESC EST ENS MEDIO SANTA ROSA	43,4	47,3	50.1
ESC TEC EST PAROBE	70,5	66,4	78.2
INST EST EDUC PAULO DA GAMA	50	69	76.8
INST EST RIO BRANCO	67,4	65,2	64.6

Fonte: BRASIL, 2022b

O Instituto de Educação General Flores da Cunha mostrou a terceira menor taxa de reprovação no Ensino Fundamental (8,4%) em 2012 (Tabela 3), sendo a primeira da Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Giúdice (7,2%) e a segunda da Escola Estadual Carlos Fagundes de Mello (7,9%). Em 2013, configurou a quinta menor taxa de reprovação, atrás da Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Giúdice (7,5%), Escola Municipal de Ensino Fundamental

Moradas da Hípica (8,1%), Escola Estadual de Ensino Médio Raul Pilla (9,3%), e Escola Municipal de Ensino Fundamental Vila Monte Cristo (9,6%). Em 2014 ocupou a mesma posição, apesar de a taxa ter diminuído para 7,9%. As seguintes escolas apresentaram menores percentuais: Escola Municipal de Educação Básica Liberato Salzano Vieira da Cunha (8,2%), Escola Municipal de Ensino Fundamental Vila Monte Cristo (8,5%), Escola Municipal de Ensino Fundamental João Antônio Satte (8,7%), Escola Estadual de Ensino Fundamental Paraíba - CIEP (9,4%).

Tabela 3 – Taxa de reprovação do Ensino Fundamental, de 2012 a 2014

Instituição	2012	2013	2014
CENT EST FORM DE PROFESSORES GENERAL FLORES DA CUNHA	8,4	12,8	7,9
COL EST CARLOS FAGUNDES DE MELLO	7,9	16	11,6
COL EST DR GLICERIO ALVES	15,2	15,5	15,8
COL EST ENG ILDO MENEGHETTI	20	19,9	15
COL EST ODILA GAY DA FONSECA	22,8	25,1	17,2
EEEM AGRONOMO PEDRO PEREIRA	18,9	14	17,2
EEEM RAFAELA REMIAO	19,8	17,3	11,3
EMEB DR LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA	12,6	14,1	8,2
EMEF CHAPEU DO SOL	17,4	19,8	13,1
EMEF CHICO MENDES	17,1	14,3	11,9
EMEF DEP VICTOR ISSLER	12,8	16	17,3
EMEF DOLORES ALCARAZ CALDAS	19,2	18,5	20,6
EMEF GOV ILDO MENEGHETTI	11,9	14,1	13
EMEF GRANDE ORIENTE DO RGS	14,2	15,3	16,9
EMEF HEITOR VILLA LOBOS	17,3	20,6	17
EMEF JOAO ANTONIO SATTE	9,9	14,5	8,7
EMEF JOSE LOUREIRO DA SILVA	22,4	15,4	12,8
EMEF LIDOVINO FANTON	16,4	19,1	11
EMEF MORADAS DA HIPICA	10	8,1	10,2
EMEF MORRO DA CRUZ	22,3	23,7	15,5
EMEF PROF ANISIO TEIXEIRA	13,1	15,4	16,9
EMEF PROF JUDITH MACEDO DE ARAUJO	10,8	18,1	13,9
EMEF SAINT HILAIRE	13,4	16,6	16,6
EMEF SAO PEDRO	15,1	15,7	10,3
EMEF SEN ALBERTO PASQUALINI	14,7	19,3	16,8
EMEF VER ANTONIO GIUDICE	7,2	7,5	11,8
EMEF VER CARLOS PESSOA DE BRUM	21	14,8	11,6
EMEF VILA MONTE CRISTO	8,9	9,6	8,5
ESC EST EDUC BASICA GOMES CARNEIRO	24,1	25,3	26,3
ESC EST ENS FUNDAMENTAL PARAIBA-CIEP	16,9	16,2	9,4
ESC EST ENS MEDIO BALTAZAR DE OLIVEIRA GARCIA	20,5	19,7	23,8
ESC EST ENS MEDIO RAUL PILLA	19,7	9,3	13,5
ESC EST ENS MEDIO SANTA ROSA	18,9	24,1	20,3
INST EST EDUC PAULO DA GAMA	19,9	21,4	24,8

INST EST RIO BRANCO	21,2	19,2	22,3
---------------------	------	------	------

Fonte: BRASIL, 2022b

Nos anos de 2012 e 2013, a instituição estudada apresentou as menores taxas de reprovação no Ensino Médio, com 11,9% e 7,8% nos respectivos anos (Tabela 4). Já em 2014, apesar de o número de reprovação ser menor que em 2012, 11,3%, duas escolas apresentaram melhor desempenho: Escola Estadual Carlos Fagundes de Mello (4,3%) e Escola Técnica Estadual Parobé (11,2%).

Tabela 4 – Taxa de reprovação do Ensino Médio, de 2012 a 2014

Instituição	2012	2013	2014
CENT EST FORM DE PROFESSORES GENERAL FLORES DA CUNHA	11,9	7,8	11,3
COL EST CARLOS FAGUNDES DE MELLO	15	18	4,3
COL EST DR GLICERIO ALVES	25,4	20,8	14,4
COL EST ENG ILDO MENEGHETTI	67,9	46,2	20,1
COL EST INACIO MONTANHA	21,6	8,6	12,2
COL EST JULIO DE CASTILHOS	24,9	15,7	26,0
COL EST ODILA GAY DA FONSECA	38,8	39,4	34,0
COL EST PROTASIO ALVES	23,8	19,4	14,7
EEEM AGRONOMO PEDRO PEREIRA	25,2	17,3	16,8
EEEM RAFAELA REMIAO	33,5	28,2	43,8
EMEB DR LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA	23,5	26	26,2
ESC EST EDUC BASICA GOMES CARNEIRO	30,3	28,4	35,2
ESC EST ENS MEDIO BALTAZAR DE OLIVEIRA GARCIA	22,5	15,7	19,1
ESC EST ENS MEDIO RAUL PILLA	19,9	27,4	20,4
ESC EST ENS MEDIO SANTA ROSA	23,8	50,8	49,7
ESC TEC EST PAROBE	21,7	23,1	11,2
INST EST EDUC PAULO DA GAMA	32,4	15,2	21,7
INST EST RIO BRANCO	19,2	12,1	17,6

Fonte: BRASIL, 2022b

No que tange à taxa de abandono no Ensino Fundamental (Tabela 5), o Instituto de Educação General Flores da Cunha apresentou o vigésimo primeiro lugar. No entanto, cabe ressaltar que 16 (dezesesseis) instituições mostraram a taxa zerada; quatro atingiram 0,1% e o local de estudo dispôs de apenas 0,2%, juntamente a outra escola. Em 2013, a taxa permaneceu a mesma, ocupando o vigésimo segundo lugar, em companhia de mais três escolas. Já em 2014, o indicador da instituição sobe para 0,4%, ocupando o vigésimo quarto lugar.

Tabela 5 – Taxa de abandono do Ensino Fundamental, de 2012 a 2014

Instituição	2012	2013	2014
CENT EST FORM DE PROFESSORES GENERAL FLORES DA CUNHA	0,2	0,2	0.4
COL EST CARLOS FAGUNDES DE MELLO	5,7	2,3	3.2
COL EST DR GLICERIO ALVES	1,3	0	0.2
COL EST ENG ILDO MENEGHETTI	0,7	0	1.4
COL EST ODILA GAY DA FONSECA	0	0,2	0
EEEM AGRONOMO PEDRO PEREIRA	4,2	5,5	2.0
EEEM RAFAELA REMIAO	1,1	0,9	1.1
EMEB DR LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA	0	0,6	1.3
EMEF CHAPEU DO SOL	0	0	0
EMEF CHICO MENDES	0	0	0
EMEF DEP VICTOR ISSLER	0,2	0,3	0
EMEF DOLORES ALCARAZ CALDAS	0	0	0
EMEF GOV ILDO MENEGHETTI	0,1	0,1	0
EMEF GRANDE ORIENTE DO RGS	0,3	0	0
EMEF HEITOR VILLA LOBOS	0	0	0
EMEF JOAO ANTONIO SATTE	0	0	0
EMEF JOSE LOUREIRO DA SILVA	0	0,1	0.1
EMEF LIDOVINO FANTON	0	0	0
EMEF MORADAS DA HIPICA	0,1	0	0.3
EMEF MORRO DA CRUZ	0	0	0
EMEF PROF ANISIO TEIXEIRA	0	0	0.7
EMEF PROF JUDITH MACEDO DE ARAUJO	0	0	0
EMEF SAINT HILAIRE	0	0,1	0.1
EMEF SAO PEDRO	0	0	0
EMEF SEN ALBERTO PASQUALINI	0	0	0
EMEF VER ANTONIO GIUDICE/	0	0,2	0.1
EMEF VER CARLOS PESSOA DE BRUM	0,1	0	0
EMEF VILA MONTE CRISTO	0,1	0	0.1
ESC EST EDUC BASICA GOMES CARNEIRO	1,9	0,7	3.2
ESC EST ENS FUNDAMENTAL PARAIBA-CIEP	0,5	0,1	0.1
ESC EST ENS MEDIO BALTAZAR DE OLIVEIRA GARCIA	1,7	1,6	0.9
ESC EST ENS MEDIO RAUL PILLA	0,7	0,2	0.8
ESC EST ENS MEDIO SANTA ROSA	1,3	0,4	0.4
INST EST EDUC PAULO DA GAMA	4,8	1,5	0.1
INST EST RIO BRANCO	1,6	1	4.9

Fonte: BRASIL, 2022b

A taxa de abandono do Ensino Médio na instituição de estudo, em 2012, foi de 15,7%, em décimo primeiro lugar. Já em 2013, o índice desce para 8,3%, apenas atrás do Colégio Estadual Ildo Meneguetti (0,1%), da Escola Estadual de Ensino Médio Santa Rosa (1,9%) e da Escola Estadual de Ensino Médio Raul Pilla (3,6%). Em 2014, a taxa aumenta para 13,7%, ocupando o décimo terceiro lugar, conforme

Tabela 6. Cabe ressaltar que somente o Instituto de Educação General Flores da Cunha e a Escola Municipal de Educação Básica Liberato Salzano Vieira da Cunha apresentam o 4º ano do Ensino Médio e que tal modalidade é opcional (GAÚCHA ZH, 2021). No ano de 2012, as taxas foram 7,3% e 9,6%, respectivamente. Nos anos de 2013 e 2014, somente a Escola Municipal de Educação Básica Liberato Salzano Vieira da Cunha apresentou abandono no 4º do Ensino Médio, com 6,7% e 3,8%, respectivamente.

Tabela 6 – Taxa de abandono do Ensino Médio, de 2012 a 2014

Instituição	2012	2013	2014
CENT EST FORM DE PROFESSORES GENERAL FLORES DA CUNHA	15,7	8,3	13,7
COL EST CARLOS FAGUNDES DE MELLO	26,1	19,6	19,4
COL EST DR GLICERIO ALVES	9,8	12,3	12,9
COL EST ENG ILDO MENEGHETTI	1,2	0,1	38,8
COL EST INACIO MONTANHA	15,2	13,7	19,6
COL EST JULIO DE CASTILHOS	9,6	15,2	12,3
COL EST ODILA GAY DA FONSECA	10,1	12,8	1,9
COL EST PROTASIO ALVES	14,3	15,5	11,1
EEEM AGRONOMO PEDRO PEREIRA	8,3	9,8	12,9
EEEM RAFAELA REMIAO	23,3	12,7	6,7
EMEB DR LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA	12,2	9,1	3,0
ESC EST EDUC BASICA GOMES CARNEIRO	20,3	27,3	20,0
ESC EST ENS MEDIO BALTAZAR DE OLIVEIRA GARCIA	34,5	34,5	19,6
ESC EST ENS MEDIO RAUL PILLA	32,8	3,6	9,5
ESC EST ENS MEDIO SANTA ROSA	32,8	1,9	0,2
ESC TEC EST PAROBE	7,8	10,5	10,6
INST EST EDUC PAULO DA GAMA	17,6	15,8	1,5
INST EST RIO BRANCO	13,4	22,7	17,8

Fonte: BRASIL, 2022b

Embora não tenham sido encontrados estudos se dediquem a comparar tais taxas, a comparação entre as escolas no período estudado mostra que, de forma geral, o Instituto de Educação General Flores da Cunha apresentou maiores taxas de aprovação e menores taxas de reprovação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme observado, as taxas de rendimento escolar do Instituto de Educação General Flores da Cunha ratificam a importância da instituição como espaço de ensino já instalado, atendendo aos critérios neoliberais de eficiência,

produtividade e eficácia, indicados por Gentili (1996). A importância da instituição nesse caso é ainda maior, uma vez que se trata de uma das escolas com maior número de matrículas de escolarização do município.

Diferente do proposto por Arelaro (2007), não houve reivindicação de participação da população por transparência ou mesmo insatisfação em relação à qualidade de ensino e competência da gestão que justificasse a busca por parceria privada por parte do estado. O anseio da comunidade local se concentrava na reforma das instalações do prédio. No entanto, como a autora afirma, tal parceria resultou na exclusão da participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar que, sequer foram avisados sobre os novos propósitos para o prédio.

Observa-se, além da descaracterização do estado como um efetivador de direitos (no caso a educação), a adoção do caráter mercantilista, uma vez que a proposta de um investimento privado tem sido apresentada no sítio eletrônico do governo como uma conquista significativa para a comunidade escolar. Nesse sentido, no que se refere à correlação de forças de classes e os diferentes projetos societários que envolvem a relação público e privado, como propõe Peroni (2020), o estado impõe o projeto de caráter neoliberal de forma unilateral, uma vez que diante de tal proposta, a comunidade escolar se articulou elaborando um abaixo-assinado com cerca de 10 mil assinaturas reivindicando o reinício das obras originais de restauro, mas não obteve impacto algum sobre os planos do governo. Cabe ressaltar que as reivindicações da comunidade escolar dizem respeito exclusivamente ao estado das instalações, não sendo encontrada, nas reportagens estudadas, qualquer menção a insatisfações quanto à qualidade do ensino.

Como lembra Rikowsky (2017), são os contratos que especificam os objetivos e o lucro. Nesse caso, não se sabe quais foram os termos estabelecidos e como de que forma isso impacta a comunidade escolar. Sabe-se apenas que o gerar o lucro exige corte de gastos e que esses devem incidir sobre o trabalho dos professores ou sobre a exploração dos meios de produção (espaço e obras de arte).

Enquanto o governo trata o prédio como uma propriedade à disposição dos interesses mercantis, a comunidade escolar lida com insegurança em relação à efetivação do direito à educação, uma vez que os alunos se encontram distribuídos

em outras escolas e não existe nenhuma manifestação do governo informando sobre os níveis de ensino que voltariam a funcionar no prédio no espaço restante que não será privatizado.

Para além da efetivação do direito à educação, a privatização de espaços públicos que deveriam ser de uso irrestrito pode resultar na exclusão da população de baixa renda. Retomando o histórico da instituição, percebe-se que, embora ela tenha sido concebida como uma referência na formação de professores e de ensino e tenha se consolidado inicialmente com caráter elitista, ao longo das décadas observou-se um processo de democratização no acesso à mesma e sua proximidade com uma avenida central e de intensa circulação facilitou o transporte para a frequência de alunos de diferentes bairros.

O que se torna evidente é que com a privatização é provável que ocorra o processo inverso, resultando na elitização do público de frequente a instituição. Tal como propõe Serpa (2007), esses espaços públicos que têm grande visibilidade se tornam alvos das empresas privadas e acabam valorizando os bairros de classe média e fomentando a ocupação dessa classe social em detrimento da população da periferia. Dessa forma, o caráter privado tende a restringir e ressignificar o acesso tanto às obras de arte, quanto ao próprio prédio (com sua relevância arquitetônica), que seriam objeto da segregação social relacionada à ereção de barreiras simbólicas inerente às práticas de produção e consumo mercantis.

As limitações do artigo se referem à falta de estudos que contemplem as variáveis estudadas para fins comparativos, uma vez que geralmente tais taxas são sintetizadas na taxa de rendimento utilizada pelo IDEB ou mesmo o próprio Ideb. Também é necessário considerar que as taxas analisadas nesse estudo fazem parte da racionalidade neoliberal que estimula a competição (KLEIN, 2017), não considerando aspectos particulares e contextuais, como a relevância da instituição como referência de ensino para a comunidade e sua importância histórica e cultural.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Estudo de caso: seu potencial na educação. **Cadernos de pesquisa**, n. 49, p. 51-54, 1984.

ARELARO, Lisete RG. Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas: impasse democrático ou mistificação política? **Educação & Sociedade**, v. 28, p. 899-919, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Inep Data**. 2022a. Acesso em: 10 dez 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data>

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Taxas de Rendimento**. 2022b. Acesso em: 10 dez 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento>

CHAVES, Ricardo. ZERO HORA. **Instituto de educação criado em Porto Alegre no século 19 completa 150 anos nesta sexta-feira**. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2019/04/instituto-de-educacao-criado-em-porto-alegre-no-seculo-19-completa-150-anos-nesta-sexta-feira-cju31wykx00w001mwms83ry0f.html>. Acesso em: 31 jul. 2019.

CORDEIRO, Márcia de Freitas & SERPA, Angelo. Bairro e identidade cultural na periferia de Salvador. In: **II Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação/XX Seminário Estudantil de Pesquisa – RESUMOS**. Salvador: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2002. v. 1, p. 234-234

EXTRACLASSE.ORG.BR. **Comunidade escolar protesta contra privatização do Instituto de Educação**. 2021. Acesso em: 16 março 2022. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2021/11/comunidade-escolar-protesta-contra-privatizacao-do-instituto-de-educacao/>

FALCÃO, Jorge Tarcísio da Rocha; RÉGNIER, Jean-Claude. Sobre os métodos quantitativos na pesquisa em ciências humanas: riscos e benefícios para o pesquisador. **R. Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 81, n. 198, p.229-243, maio/ago. 2000. Acesso em: 10 jan. 2023. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3721/3457>

GAÚCHA ZH. **Governo do RS confirma 4º ano do Ensino Médio para janeiro de 2022**. Acesso em: 10 fev. 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2021/07/governo-do-rs-confirma-4o-ano-do-ensino-medio-para-janeiro-de-2022-ckrgvauly002c013bz8vwtubn.html>

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu; GENTILI, Pablo; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; FRIGOTTO,

Gaudêncio, SACRISTÁN, José Gimeno. **Escola SA: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, p. 9-49, 1996.

HOFMEISTER, Naira. **Ex-alunos do IE recuperam telas**. EXTRACLASSE, 27 de março de 2008. Acesso em: 24 março 2023. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/cultura/2008/03/ex-alunos-do-ie-recuperam-telas/>

KLEIN, Delci Heinle. **IDEB e Maquinarias: a produção, a quantificação e a expressão da qualidade da educação brasileira**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p.186. 2017.

PERONI, Vera Maria Vidal. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 212-238, 2018.

PERONI, Vera Maria Vidal. Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 41, p.1-17, 2020.

RIKOWSKI, Glenn. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 21, p. 393-414, 2017.

RIO GRANDE DO SUL. IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. **Bem tombado**: Instituto de Educação Flores da Cunha. Acesso em: 16 março 2022. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=16120>

RIO GRANDE DO SUL. **Portaria nº 008/06/SEDAC**. Resolve tomba o Instituto de Educação General Flores da Cunha, conforme parecer técnico n.º 04/96 do processo n.º 2733.11.00/95.0, localizado na Avenida Oswaldo Aranha n.º 527, em Porto Alegre, constituído pelo pavilhão central de salas de aula, o pavilhão do jardim de infância, a pérgula ligando o pavilhão de salas de aula e o jardim de infância, o pavilhão de esportes, bem como o respectivo lote urbano cuja cedência por arte da Prefeitura Municipal de Porto Alegre ocorreu através do decreto n.º 11682, de 20 de janeiro de 1997. Acesso em: 16 março 2022. Disponível em: <https://www.diariooficial.rs.gov.br/diario?td=DOE&dt=2006-03-16&pg=27>

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Instituto de Educação General Flores da Cunha**: Comunidade escolar quer imediata retomada das obras e retorno dos alunos ao prédio histórico. 2021a. Acesso em: 16 março 2022. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/agenciadenoticias/destaque/tabid/855/Default.aspx?IdMateria=326712>

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. **“Queremos uma escola para inspirar outras escolas”**, diz Leite, sobre Instituto de Educação. 2021b. Acesso

em: 16 março 2022. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/queremos-uma-escola-para-inspirar-outras-escolas-diz-leite-sobre-instituto-de-educacao>

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SERPA, Angelo. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. **GEOUSP-Espaço e Tempo**, v. 15, p. 21-37, 2004.

SOARES, José Francisco; XAVIER, Flávia Pereira. Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb. **Educação & Sociedade**, v. 34, p. 903-923, 2013.

SOUZA, Thais Godoi; DA SILVA MOREIRA, Jani Alves. Políticas de privatização na educação pública e a atuação de grupos educacionais privados. **Práxis Educacional**, v. 16, n. 39, p. 421-449, 2020.

SUL21. **Após Leite anunciar transformações no Instituto de Educação, comunidade escolar cobra 'volta pra casa'**. 2021. Acesso em: 16 março 2022. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/2021/05/apos-leite-anunciar-transformacoes-no-instituto-de-educacao-comunidade-escolar-cobra-volta-para-casa/>

SUL21. **Patrimônio Histórico: falta tombar as telas do Instituto de Educação**. 2011. Acesso em: 24 março 2023. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/2011/08/patrimonio-historico-5-falta-tombar-as-telas-do-instituto-de-educacao/>

SUL21. **Sem pagamento, empresa responsável pela reforma do Instituto de Educação abandona obra**. 2019. Acesso em: 16 março 2022. Disponível em: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2019/10/sem-pagamento-empresa-responsavel-pela-reforma-do-instituto-de-educacao-abandona-obra/>